



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

NOS CAMINHOS DO CAMPO ÀS ÁGUAS DO PORTO: O VAI E VÉM DOS ESCRAVOS ENTRE O MUNDO RURAL E URBANO NA VILLA DE NOSSA SENHORA DE NAZARETH- 1831-1850

Gisely Nogueira Barreto*

1

Entre as décadas de 1831 e 1850 transitavam em Nazareth sujeitos de condições jurídicas diferenciadas, senhores, libertos escravos homens e mulheres cativos. Havia, uma visível interlocução com o campo e a sede e possivelmente com várias outras cidades e povoados circunvizinhos. Traçando caminhos, de barco ou à cavalo, armadilhas, acordos e intrigas marcaram o ir e vir nos leitos do rio Jaguaripe e nas tortuosas ruas da crescente cidade.

Parte da população escrava trabalhava nos domínios rurais dos senhores, mesmo aqueles que possuíam uma propriedade pequena não se privavam da chance de ter um escravo. Por necessidade ou por status social, o cativo garantia a renda e muitas vezes a sobrevivência do senhor e da sua família, e ainda lhe concedia uma posição de honra na sociedade, ou seja, ter escravos significava ter prestígio. “Repugnava ao branco o trabalho manual e a facilidade de obter quem se sujeitasse a ele era grande.”¹ O inventário de Joana Agostinha de Jesus, por exemplo, foi o menor arrolado, da década

* Mestranda pelo Programa de Pós- Graduação Mestrado em História Regional e Local- Universidade do Estado da Bahia- Campus V.

¹ COSTA Emília Viotti da. *Coroas de Glória Lágrimas de Sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p. 280.

de 1850. Foi avaliado um sítio em 500\$000, uma casa de telha, situada no mesmo sítio por 120\$000, uma plantação de cafés novos por 20\$000 e uma roça de mandioca por 100\$000 e apresentou apenas um escravo. O africano de nome Francisco, “ainda moço”, foi avaliado em 430\$000.²

Pela avaliação dos preços desses bens móveis da senhora Joana, se percebe que a mesma não desprovia de muitas propriedades e as que possuíam não eram tão extensas, portanto não necessitava de muita mão de obra. Provavelmente, o único escravo atendia as necessidades do pequeno sítio. Pelo valor do cativo ele apresentava um bom estado de saúde, não tinha nenhum tipo de moléstia ou doença que interferisse o trabalho e realizava as atividades da roça e também os domésticos.

Caso sua proprietária precisasse de mais indivíduos para o trabalho, não era difícil encontrar, sabendo da existência de escravos de aluguel na vila. Algumas amas-de-leite eram vendidas ou alugadas, e quanto mais possuía habilidades o seu valor era elevado.³

Contudo, nem todas as escravas eram recomendadas para desempenhar esse ofício. Ser ama-de-leite exigia da escrava uma aproximação com a família senhorial, podendo ser da própria escravaria da família ou ser alugadas. Sua cor, origem, idade e estado de saúde eram fatores que influenciavam na escolha, pois a cativa deveria ter boa aparência.⁴

Por isso, preferiam-se as escravas nascidas no Brasil, como as mulatas e crioulas, por possuírem a cor mais clara. Levando em consideração as mães que não possuíam idade documentada, constata-se que aproximadamente 55,38% das crianças tinham mãe em idade produtiva, ou seja, jovens escravas que poderiam trabalhar no campo e/ou ocupar ofícios na Villa, até mesmo ser amas - de - leites para os pequenos filhos dos senhores. Isso acontecia quando as senhoras estavam na mesma fase de amamentação das negras.

² Joana Agostinha de Jesus, classificação: 07/2995/13, período: 1851. Nazaré.

³ SOARES, Cecília Moreira. *Mulher Negra na Bahia no século XIX*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 28-30.

⁴ MOTT, 1988, p.22 *apud* SOARES, 1994, p. 28.

A crioula Maria era mãe de uma escrava de 4 meses, com 30 anos de idade foi avaliada em 1: 300\$000, um conto e trezentos mil réis, a sua ocupação e seu estado de saúde não foram registrados, no entanto é possível que essa cativa tenha sido designada à condição de ama-de-leite, já que as outras escravas que tinham filhos não tinham o valor tão elevado. Na partilha dos bens inventariados do senhor Apolinário José Vieira, a cativa Maria e sua “cria” ficaram para o quinhão do seu filho herdeiro, o Capitão José Rodrigues da Silva.⁵

Não era sempre que isso acontecia. Muitas escravas, por serem amas-de-leite, tiveram que renunciar a maternidade, pois os senhores não estavam dispostos a dividirem o leite dos seus filhos com os das negras ⁶. Em São Paulo, era comum os filhos serem separados da sua mãe pelo seu proprietário e entregues às instituições de caridade.⁷

Na Vila de Nazareth, as crianças poderiam ser separadas na partilha ou ser vendidas para outros senhores. Como pode ser visto mais à frente essa e outras situações conduziam muitas negras a várias estratégias para recuperarem seus filhos, e logo após, conquistarem a liberdade.

Nos primeiros anos de 1830, o tráfico de escravos foi proibido pela lei. Embora sua aplicabilidade só acontecesse a partir de 1850 ainda assim, a compra de cativos havia diminuído. Trazer escravos de outros lugares estava se tornando raro, no entanto, o porto fervilhava com a ida de pessoas e produtos para as diversas regiões e a vinda de indivíduos para as feiras que aconteciam durante a semana em Nazareth para comercializar a farinha de mandioca e outros produtos. A partir dos primeiros anos de 1830 a lavoura do café se expandia, atingindo nas décadas posteriores um alto nível de exportação.⁸ Nesse sentido, os escravos que estavam nas fazendas e nas ruas fazendo seu trabalho de ganho faziam a economia da cidade andar em bom ritmo, visto que uma parcela significativa possuía especialidades típicas de um cenário citadino, e muitos

⁵ Apolinário José Vieira, classificação: 05/1442/1911/02, período: 1835. Nazaré.

⁶ SOARES, Cecília Moreira. Op. cit., p. 31.

⁷ GIACOMINI, 1988, pp. 51-56 *apud* SOARES, 1994, p. 32.

⁸ BARICKAM, B.J. *Um Contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.43- 63.

cativos poderiam assumir várias funções, em ambos os espaços, o rural e o urbano. Essa era uma realidade que também se aplicava a outros ambientes.

Segundo Mary Karasch, os cativos no Rio de Janeiro, por exemplo, eram como bestas de cargas, pois desenvolviam vários ofícios. Vender comidas e bebidas, costurar e cuidar da casa do senhor era serviços que uma escrava podia realizar, além de servirem como amantes e concubinas dos mesmos.⁹

Em São Paulo, muitos indivíduos que não podiam comprar escravos, alugavam amas, mucamas, cozinheiras, pajens e outros para realizar variadas atividades. Os escravos urbanos eram também responsáveis pelo transporte dos brancos e outros eram ambulantes; barbeiros, vendedores de aves, ovos, palmito e frutas. No campo trabalhavam na lavoura e as cozinheiras preparavam a refeição.¹⁰

Na maioria das vezes, os escravos domésticos realizavam atividades referente a casa e eram recomendados para executar qualquer tarefa, para os seus proprietários ou para outras pessoas. Carregavam as liteiras, faziam carroto, engomava roupa, trabalhavam como marinheiro, na canoagem, na pesca, como sapateiros, serrador, carpinteiro, em fim eram as mais diferentes ocupações.¹¹

De 1831 a 1850, dos 322 cativos registrados pela documentação, os escravos que ocupavam simultaneamente, as atividades no campo e na casa dos senhores estavam em último lugar representando apenas 0,6% do total, 3,5% dos escravos eram domésticos e 10,85% ocupavam ofícios na vila, sendo superados por 25,7% dos escravos do campo e 59, 35% não teve, nos inventários, sua profissão definida. Para facilitar a contagem foram inclusos nesses indefinidos crianças e indivíduos já velhos.

Isso pode ter ocorrido como estratégia dos senhores para se livrar dos impostos, que teriam que pagar por escravos que possuíam ocupações especializadas, pois, segundo a lei de 1829 era exigida que houvesse o registro dos escravos de alugueis

⁹ KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808- 1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 259-260.

¹⁰ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3ª. Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 278-293.

¹¹ ANDRADE, Maria José Souza de. *A mão de Obra Escrava em Salvador, 1811-1860*. São Paulo: Corrupio, 1988, p. 33.

e o pagamento de taxas para determinados ofícios, além da regularização das escravas que realizavam vendas de mercadorias.¹²

É possível que muitos escravos africanos especializados como o cativo João de serviço de ganho¹³ e Julia Nagô e Maria Calabá de serviço de olaria¹⁴ tenha trazido o conhecimento do ofício da sua terra natal, uma vez que os africanos escravizados foram retirados do interior de diferentes grupos linguísticos e étnicos de diversas regiões e sociedades africanas, trazendo consigo crenças e valores que seriam reinventadas aqui no Brasil.¹⁵

Os elementos que Emília Viotti da Costa utiliza para caracterizar os escravos africanos recém- chegados em Demerara também se aplicaria aos cativos desembarcados aqui em Nazareth.

Teria sido impossível esquecer um mundo deixado para trás: sanções morais, noções do que é certo e errado [...]. Eles também se lembrariam das maneiras de plantar e colher, de empreender guerras, de dançar e cantar, do alimento e das roupas, das ferramentas, das casas, dos vilarejos, de plantas medicinais e de uma infinidade de coisas que não poderiam ser facilmente esquecidas ou abandonadas, mas que nunca seriam as mesmas outra vez [...].¹⁶

Nos primeiros anos de 1830, a maioria dos escravos trabalhava nas propriedades rurais dos senhores, logo em seguida, estavam os escravos de “casa”, ou seja, os cativos que realizavam atividades domésticas.

Entre os escravos que trabalhavam no campo, encontravam-se aqueles que foram registrados como escravos de “safra”. Essa denominação está relacionada ao trabalho de ganho que muitos cativos desempenhavam nas propriedades de pequenos proprietários, em épocas de colheitas, ou até mesmos escravos que praticavam outras atividades para seus próprios donos, visto que também, foi encontrado no mesmo

¹² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. 2ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1995, p. 131.

¹³ José Félix da Mota, classificação: 06/2677/08, período: 1851. Nazaré.

¹⁴ Rosa Ribeiro Sanches Freire, classificação: 03/1262/1731/03, período: 1846. Nazaré.

¹⁵ Sobre essa discussão ver MINTZ, Sidney Wilfred, PRICE, Richard. O nascimento da cultura afro-americana: *uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas. Universidade Candido Mendes, 2003, p. 20.

¹⁶ COSTA, Coroas de Glória Lágrimas de Sangue, 1998, p. 101-102.

documento um escravo que exercia, simultaneamente, atividades domésticas e também de safra, certamente ele se dividia entre o trabalho de casa e o trabalho nas roças em épocas sazonais.

Para este período, na documentação arrolada foi encontrada apenas uma escrava que possuía uma ocupação urbana. A escrava Francisca, de nação Benin era ganhadeira de semana¹⁷, assim como a crioula Paula¹⁸, “de casa”, foi avaliada em 200\$00. Apesar de não terem a condição de saúde especificada, ambas tinham maios ou menos 50 anos, por isso, possuíam um preço inferior a outras que, como esta, faziam os serviços caseiros. Diferente dessa ocupação, o ganho era uma atividade rentável para o senhor que não tinha muitas propriedades e precisava quase que exclusivamente de sua cativa para sobreviver.

Em São Paulo, a partir do século XVIII, as escravas ganhadeiras passaram a ser um meio de sobrevivência de viúvas e pequenos funcionários que alugavam seus escravos de ofício, em Salvador, muitos pagavam suas despesas com os rendimentos dos escravos de ganho¹⁹.

Era um serviço que proporcionava lucros mais também despesas com alimentação e vestuário.²⁰ Por isso, os homens ou mulheres “ganhadores” tinham o preço elevado. A escrava nagô Maria Rita, de serviço de ganho, por exemplo, foi avaliada em 400\$000²¹ e o africano João de 25 anos foi avaliado em 450\$000.²²

Os escravos que tinham essa ocupação podiam também residir fora da casa dos senhores. Nesse caso eles mesmos tinham que arcar com as suas próprias despesas. Isso também não os desobrigava de pagar a quantia estipulada pelos seus donos em dias pré-estabelecidos.²³ Os cativos de ganho foram muito importantes para o comércio urbano.

¹⁷ João Francisco dos Santos, classificação: 7/2998/8, período: 1838. Nazaré.

¹⁸ Narcisa Maria de Nazaré, classificação: 3/1262/1731/6, período:1835. Nazaré.

¹⁹ DIAS, 1995, p. 124-125.

²⁰ Sobre as possíveis despesas que um senhor teria com seus “escravos de ganho” ver DIAS, 1995, p. 129-131

²¹ Francisco José da Rocha, classificação: 8/3483/3, período: 1850. Nazaré.

²² José Félix Mota, classificação: 06/2677/08, período: 1851. Nazaré.

²³ SOARES, 1994, p. 50

Alguns trabalhavam no transporte de pessoas e cargas e as mulheres vendiam roupas, comidas e bebidas, nos seus tabuleiros,²⁴ lavavam roupas e costuravam.

A escrava Francisca avaliada em 200\$000, ganhadeira de semana e africana de nação Benin pertencia ao senhor João Francisco dos Santos. Tinha idade em torno de 50 anos ou mais e provavelmente a sua idade avançada e a sua condição de saúde, não permitia viagens tão distantes nesse período. Por isso, ela teria chegado ao Brasil na mesma época que a parda Marcelina, de 50 anos²⁵, e a parda Roza com mais de 60²⁶.

Possivelmente vieram com os grandes grupos de escravos, antes da proibição do tráfico de 1831. As ganhadeiras, fossem elas domésticas ou não, tinham mais vantagem em relação às escravas que trabalhavam apenas na casa do seu proprietário por terem maiores condições de acumular um pecúlio para comprar a liberdade.

O envolvimento com o contrabando, por exemplo, permitia a conquista de excedentes, que, muitas vezes, iam além da quantia exigida pelo senhor para a continuação das suas vendas. No entanto isso não é regra para todos os espaços onde imperou a escravidão, em São Paulo, o fato de o escravo ser urbano e de ganho não significa a conquista da liberdade de maneira mais rápida que o escravo rural por dois motivos.

Primeiro, os impostos cobrados frequentemente pelos senhores eram tantos que os cativos não conseguiam acumular um pecúlio que fosse suficiente para a compra da liberdade. Segundo, as posturas municipais e as leis provinciais eram severas o suficiente para impedir insurreições e possíveis vadiagens que favorecessem a uma liberdade futura,

[...] Dava-se autorização a qualquer pessoa para prender o escravo apanhado em desrespeito à lei, desde que levasse consigo duas testemunhas. [...] Não era permitido vender pólvora ou armas a escravos. [...] O escravo encontrado na rua antes do toque de recolher, sem bilhete do patrão, era sumariamente aprisionado pelas patrulhas e conduzido à presença do senhor ou encarcerado na cadeia pública, de onde só saía mediante multa paga pelo dono.²⁷

²⁴ ANDRADE, 1998, p. 132.

²⁵ Apolinário José Vieira, classificação: 5/1442/1911/2, período: 1835-1835. Nazaré.

²⁶ João Francisco dos Santos, classificação: 7/2998/8, período: 1838. Nazaré.

²⁷ COSTA, Da Senzala à Colônia, 1998, p. 281.

Em Nazareth as posturas municipais não tiveram reação diferente, era muito esperada pelos juízes da então Comarca de Nazareth que a lei impedisse possível articulação entre libertos e cativos. Indivíduos ociosos, ciganos acampados nos arredores, escravos sem autorização escrita do senhor sofriam com a fiscalização severa das autoridades locais. Os negros de ganho representavam uma preocupação para as autoridades, que poderiam está alocando negros fugidos.²⁸

Haviam aquelas que trabalhavam em locais fechados, como as tavernas e outras que possuíam autonomia para comercializar seus produtos em vários pontos da cidade, inclusive nas feiras, podendo também se comunicar com negros fugitivos. Algumas ganhadeiras, por exemplo, foram acusadas de alimentar muitos negros que participaram da Revolta dos Malês.²⁹

Em Demerara, por exemplo as feiras, seja ela a de Geortown ou a de Mahaica, não eram apenas lugares de comercializar produtos, os escravos poderiam aproveitar a oportunidade para “encontrar amigos, jogar e beber, e vender o excedente” para quem sabe conseguir comprar a sua liberdade.³⁰

O que se pode observar na documentação pesquisada é que nas três décadas, a escravidão estava mais concentrada no ambiente rural. Nos anos de 1840 as atividades urbanas assumiam o segundo lugar, as ocupações dos cativos nos domínios rurais e na sede de Nazareth nesse mesmo ano, superavam os outros períodos. Sabendo que grande parte deles foi encontrada no inventário de Escolástica Prates.

O maior inventário da década possuía 250 tarefas de canas entre verde e a corte e 169 escravos. Nesse período, os cativos ocupavam os mais diversificados ofícios. Em primeiro lugar, como já foi dito, estavam os escravos do campo, em seguida os de serviço de olaria, muitos eram carreiros, havia as lavadeiras, farinheiro e padeiro. Os cativos serviam para transportar mercadorias e pessoas dentro da vila ou até mesmo fora, as mulheres, serviam para carregar a bagagem, suprimentos ou o próprio senhor,

²⁸ CASTELLUCCI Junior, Wellington. Entre Veredas e Arrabaldes: Histórias de Escravos e Forros na Comarca de Nazaré. Bahia, 1830-1850. In: *História e Perspectiva*. (39). 261-304. Jul. dez. 2008, p. 266-268.

²⁹ REIS, 1968, p. 242 *apud* SOARES, 1994, p. 64.

³⁰ COSTA, Coroas de Glória Lágrimas de Sangue, 1998 p. 77.

na ausência de algum animal eles eram sempre recomendados para fazer algum tipo de carroto.

Assim como encontravam os escravos trabalhando em vendas e tavernas, havia ainda a presença de cativos especializados que trabalhavam em pequenas fábricas de produção de alimentos de “primeira necessidade” e o pão francês.³¹ O angola Domingos foi registrado no inventário como padeiro³², provavelmente, além de pão para os senhores, ele produzia esse produto nas pequenas padarias da vila e recebia uma quantia pelo seu serviço, que possivelmente era repassada para o seu dono, uma pequena parcela.

Outros escravos da vila de Nazareth possuíam ocupações especializadas como, “principio de ofício de carpina”, “principio de sapateiro” e “oficial de pedreiro”. Essas atividades eram desempenhadas por escravos que estavam aprendendo o ofício. Esses cativos eram importantes para os senhores, pois é possível que muitos deles realizassem, simultaneamente, várias atividades cotidianas como afirma Mary Karasch:

Os mais comuns eram os oficiais, aprendizes ou alguma outra indicação de que o escravo ainda estava aprendendo a profissão. [...] Nos anúncios fica evidente também que os seus donos treinavam seus escravos em uma ou mais especialidades, como o menino africano que estava aprendendo a cozinhar ao mesmo tempo em que recebia treinamento de aprendiz de pedreiro. Cativos como esse menino era particularmente valiosos para os pequenos senhores de escravos, pois podiam usá-los no serviço doméstico em suas casas e viver com salários que ganhavam num emprego externo.³³

Como Nazareth era uma vila portuária, havia algumas ocupações referentes ao transporte fluvial. Mestre de barco, marinheiros, jangadeiras e um remador, na década de 1850, foram as profissões que apareceram na documentação arrolada. Desse grupo de cativos, os dois últimos, provavelmente, trafegavam de Nazareth para as localidades mais próximas em embarcações pequenas, enquanto os mestres de barco, Januário de nação Nagô e Pedro, Haussá, e o marinheiro Pedro nagô, navegavam em navios maiores

³¹ KARASCH, 2000, p. 267-271.

³² Escolástica Prates, classificação: 8/3500/13, período: 1845. Nazaré.

³³ KARASCH, Mary C. Op. Cit., p. 276.

para a capital, transportando gêneros alimentícios, pessoas e provavelmente, farinha de mandioca e café.³⁴

Nos anos de 1850 os escravos domésticos eram os únicos que predominaram sobre as duas décadas anteriores, a quantidade de escravos urbanos e trabalhadores das lavouras foram maiores do que no período de 1831, embora não tenha superado 1840. Um dado importante é que, nos anos de 1831, a única escrava com especialidade era africana, o que não aconteceu para os anos de 1840, que oscilou entre 15 africanos e 10 cativos nascidos no Brasil. Os escravos Salvador e Pedro, por exemplo, eram de nação Nagô, ocupavam o serviço de olaria e foram avaliados em 500\$00, as escravas Julia, Nagô e Maria Calabá, tinha a mesma ocupação embora a primeira fosse avaliada em 400\$000 e a última em 300\$00, por já ser “idosa”.³⁵

Quanto às costureiras registradas na documentação, foram identificadas como crioulas, ou seja nascida no país, com exceção de uma, que não teve sua origem catalogada. Na década de 1850, os escravos africanos especializados, predominaram. Severo com 45 anos de idade era remador e foi avaliado em 400\$000, enquanto João, também africano, de serviço de ganho foi avaliado em 450\$000, por ter 25 anos.³⁶

O mesmo serviço ocupava Maria, de nação Nagô, mas por ter 40 anos foi avaliado na mesma importância do escravo Severo.³⁷

O interessante é que nas três décadas os outros ofícios, eram ocupados tanto por escravos africanos como brasileiros. No entanto, eram mais comuns os serviços de lavoura ser desempenhados, mais por cativos nascidos no Brasil, do que por africanos. Isso fica bem nítido, principalmente nos fins de 1850, quando muitos escravos já haviam conquistado a liberdade, muitas propriedades tinham sido vendidas e a lei que proibia o tráfico se tornou mais dura.

³⁴ Sobre os barqueiros e marinheiros do Rio de Janeiro, ver mais detalhes em KARASCH, Mary C. *Op. Cit.*, p. 267- 269.

³⁵ Rosa Ribeiro Sanches Freire, classificação: 3/1262/1731/3, período: 1846. Nazaré.

³⁶ José Félix Mota, classificação: 06/2677/08, período: 1851. Nazaré.

³⁷ Francisco José da Rocha, classificação: 08/3483/03, período: 1850. Nazaré.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria José Souza de. *A mão de Obra Escrava em Salvador, 1811-1860*. São Paulo: Corrupio, 1988, p. 33.

BARICKAM, B.J. *Um Contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.43- 63.

CASTELLUCCI Junior, Wellington. Entre Veredas e Arrabaldes: Histórias de Escravos e Forros na Comarca de Nazaré. Bahia, 1830-1850. In: *História e Perspectiva*. (39). 261-304. Jul. dez. 2008, p. 266-268

COSTA Emília Viotti da. *Coroas de Glória Lágrimas de Sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p. 280.

_____. *Da senzala à colônia*. 3ª. Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 278-293.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. 2ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1995, p. 131.

KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808- 1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 259-260.

MINTZ, Sidney Wilfred, PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro- americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas. Universidade Candido Mendes, 2003, p. 20.

SOARES, Cecília Moreira. *Mulher Negra na Bahia no século XIX*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.